

## A hora da verdade

IGNACIO M. RANGEL

Porque, com o desenvolvimento e a industrialização, a economia muda de estrutura, bem pode ser que mude de ritmo. Na elegante frase de Camões: "Após esse mudar-se cada dia, / Outra mudança traz de mor estado: / Que já não muda mais como soia".

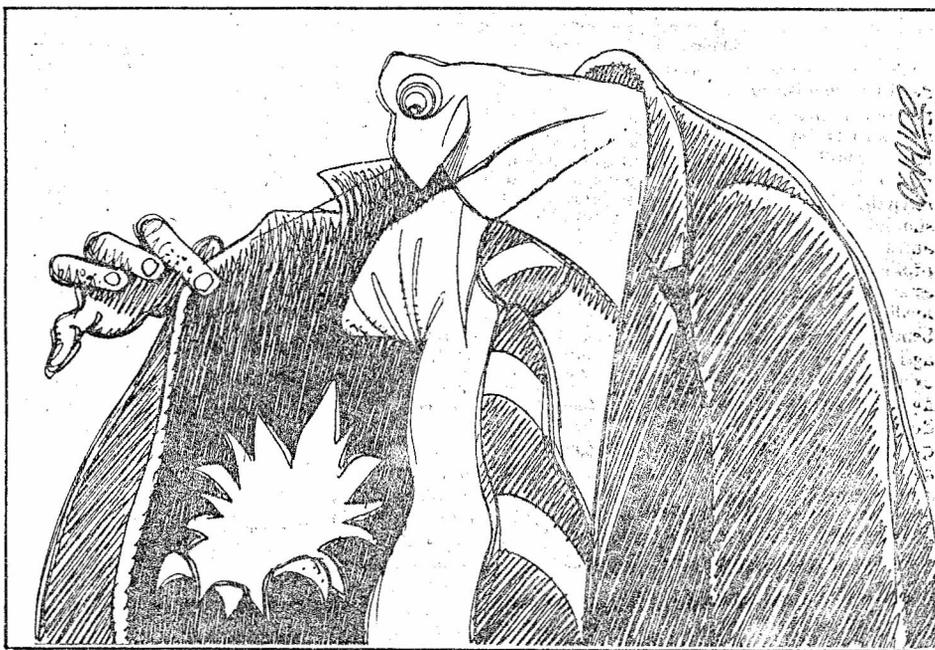
Nossa economia vem cumprindo desde os anos trinta —ou talvez vinte— ciclos médios decenais muito regulares. Com pequenas variações cada década tem o lustro recessivo e outro expansivo e, através desses ciclos vai-se mudando a estrutura. Dia virá em que, como aconteceu a outros países capitalistas mais desenvolvidos, aquele ritmo se altere; mas enquanto isso não acontece, devemos esperar um segundo quinquênio próspero. Como o de Juscelino em seu Programa de Metas que parece haver inspirado o nosso atual Plano de Metas.

É certo que o esvaziamento do Plano Cruzado nas condições de uma elevação delirante das taxas de inflação e de juros, de par com certo esmorecimento do consumo e do emprego, sugere um quadro recessivo, mas estou jogando na hipótese de que tudo isso não passará de um acidente de percurso.

O governo vinha jogando, até há pouco, na hipótese de que era mister assegurar positividade à taxa de juros reais mas a inflação perseguia essa taxa de juros como a sombra. É a taxa "real" de juros que reflete a conjuntura, não passando a inflação de um epifenômeno. E essa taxa real tem que ser elevada, atualmente, por motivo que venho discutindo há tempos, isto é, porque o setor público, que monopoliza as grandes oportunidades de inversão do sistema, está financeiramente falido e não pode oferecer aos credores uma garantia convincente.

Essas oportunidades estão concentradas nos grandes serviços de utilidade pública, os quais estão organizados como concessões de serviços públicos à empresas públicas. Tais serviços somente podem hipotecar seu imobilizado ao Estado, mas, dado que eles próprios são Estado, a operação ficaria vazia de qualquer conteúdo. Assim, o lugar da garantia real, nas relações com os credores, tanto internos como externos, foi tomado pelo aval do Tesouro, o qual, comprometendo recursos tarifários e fiscais futuros, possibilitava a concentração de meios para a execução de projetos ciclôpicos, do gênero Itaipu. E foi assim que, por exemplo nas três últimas décadas, pudemos desenvolver nossa produção de eletricidade a um ritmo quase duplo do mundial.

Entretanto, esse comprometimento de recursos fiscais e para-fiscais ou tarifários "futuros", acabaria por encontrar expressão nas disponibili-



dades "correntes" do setor público como um todo, convertido objetivamente, pelo aval, numa entidade financeira única. Os encargos financeiros do setor público tornaram-se sufocantes, fato que não podia deixar de repercutir sobre a capacidade de endividamento do mesmo. As exigências dos credores foram se tornando cada vez mais leoninas e a elevação das taxas de juros são expressão desse fato. O resto se segue, inclusive uma exacerbção da inflação, para "afogar" a taxa real de juros, e a generalização das taxas de juros cobradas ao Estado, para todos os setores da economia.

Nestas condições, a privatização de uns quantos serviços de utilidade pública entra na ordem natural das coisas. Não importa "que" serviços. Isso é uma questão política. O que importa é que ao setor privado sejam abertas oportunidades de inversão, não apenas para que o empresário-concessionário do serviço possa aplicar seus próprios recursos, como para que possa buscar recursos de terceiros em condições de oferecer ao credor eventual uma garantia convincente, isto é, uma garantia real. Hipotecária, na espécie.

Para isso, tratando-se de serviços públicos, os quais não podem alienar seu imobilizado comprometido com a prestação de serviços senão ao Estado, é mister que o concessionário seja "não Estado", isto é, "privado". Os papéis da empresa concessionária deverão circular, afinal, com o aval do Tesouro, mas um aval diferente do atual. Com efeito, em vez de comprometer recursos fiscais e tarifários futuros, terá a lastreado a hipoteca dos bens comprometidos com a prestação dos serviços. Em suma, teremos criado, para substituir este estado de coisas em que o devedor não tem a oferecer ao credor senão recursos fiscais e tarifários já uma ou várias vezes comprometidos, uma situação radicalmente nova, na qual o Estado, em caso de inadimplência, como "poder concedente", tomará ao devedor a concessão e, como "credor hipotecário", tomará os bens, para oferecê-los a outro candidato mais capaz.

Enquanto o país se encantava com as maravilhas, verdadeiras ou imaginárias do Plano Cruzado, eu dirigia minha atenção para áreas mais distantes do prosscênio do Estado. Ai

sob várias óticas, o problema da privatização dos serviços já seido discutido. Nem sempre ao meu gosto, mas erros iniciais poderão ser corrigidos em plena marcha. O que importa é que as oportunidades de inversão sejam exploradas mais profundamente; que as finanças do setor público sejam adequadamente reformuladas; e que, à base dessa reformulação, a taxa de juros, não apenas para o Estado e para os serviços de utilidade pública sejam levadas, não apenas a um nível compatível com as tarifas dos serviços, mas com a operação de todo o sistema.

Afinal, já vimos a economia brasileira operar e prosperar com taxas de inflação de 400% ao ano, ou mais, mas duvido que o possa fazer com uma taxa real de juros vinte vezes menor. E era desse problema da taxa de juros que o Estado estava cuidando, quando montava esquemas de privatização, discretamente em áreas como o ministério dos Transportes, a Secretaria das Empresas Estatais, da Sepian, o BNDES, um de cujos diretores está assumindo agora o Banco Central e, per que não dizê-lo, as prefeituras do Rio e de São Paulo, onde Saturnino e Jânio se lançam ao projeto de garagens subterrâneas, concedidas a empresas privadas.

### A pergunta da Folha

*Você acha que a atual crise poderá ser superada sem uma recessão?*

IGNACIO DE MOURÃO RANGEL, 72, é economista, membro do Conselho Federal de Economia, ex-presidente do Conselho Regional do Rio de Janeiro e autor do livro "A Inflação Brasileira".